

PAINEL:**PRECONCEITO E VIOLÊNCIA: REFLEXÕES NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

Coordenadora: Teresa Kazuko Teruya (DTP, UEM)

Resumo: Os artigos reunidos nesse painel são oriundos de pesquisas que têm por objetivo discutir o preconceito e a violência que se manifestam na sociedade e também no espaço escolar. O preconceito é um fenômeno mundial que historicamente gera conflitos e segregações sociais. No primeiro trabalho, os autores discutem as contribuições da linguagem cinematográfica na formação de professores para tratar de preconceito étnico racial, a partir do filme *Sarafina: o som da liberdade*, como fonte de pesquisa histórica. Elabora um método de análise fílmica, com base nos Estudos Culturais (Kellner e Foucault), a fim de compreender a lógica da dominação com a predominância do preconceito racial em nossa sociedade e nas instituições escolares. No segundo trabalho, as autoras propõem refletir sobre a seguinte questão: Qual a didática possível para lidar com os conflitos étnicos na sala de aula? Com base no materialismo histórico, analisam a narrativa do filme *Escritores da liberdade* que traz um modelo de intervenção pedagógica a partir da prática social dos alunos, problematiza essa prática e encaminha uma atividade de produção livre de texto em um diário. No terceiro trabalho, as autoras discutem o preconceito de gênero em sala de aula, a partir de uma literatura, sob uma perspectiva sócio-histórica. Elege um texto, adaptado da literatura infantil, de autoria de Ribeiro (1990), intitulado: **Menino brinca de boneca?**, como ponto de partida e ponto de chegada desse estudo. Explicitam a naturalização dos modos de ser, pensar e agir apontados como normais ou adequados aos meninos e às meninas. E discutem a contribuição da Teoria Histórico-Cultural para se pensar as questões que envolvem a produção do preconceito. Em suma, os textos apresentados nesse painel, buscam contextualizar o preconceito e violência em uma perspectiva histórica e cultural, com intuito de desconstruir a estigmatização de determinados grupos que foram marginalizados pela sociedade.

AUTORES DO PAINEL:**1. LINGUAGEM DO CINEMA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES:****REFLEXÕES SOBRE O APARTHEID ÉTNICO-RACIAL.**

Autores: Teresa Kazuko Teruya e Delton Aparecido Felipe.

2. CONFLITOS ÉTNICOS NO CINEMA: REFLEXÕES NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.

Autoras: Evaldina Rodrigues e Teresa Kazuko Teruya.

3. MENINO BRINCA DE BONECA? CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA SE PENSAR O PRECONCEITO EM SALA DE AULA.

Autoras: Renata de Almeida Vieira e Lizete Shizue Bomura Maciel

LINGUAGEM DO CINEMA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REFLEXÕES SOBRE O APARTHEID ÉTNICO-RACIAL.

Delton Aparecido Felipe

Mestrando em Educação

Universidade Estadual de Maringá – PR

Teresa Kazuko Teruya

Departamento de Teoria e Prática da Educação

Universidade Estadual de Maringá-PR

Resumo: Este trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa de iniciação científica intitulada: “Imagens da África do Sul: contribuições da análise fílmica no ensino de História”. Teve como finalidade elaborar uma proposta de ação docente na sala de aula para trabalhar com o problema do preconceito racial e contribuir para formar professores conscientes da necessidade de uma educação voltada para o respeito à diversidade cultural e aos direitos sociais, independente da cor, religião ou opção sexual. Nesse sentido, direcionamos a nossa investigação para a seguinte questão: de que maneira o cinema, ao mostrar os conflitos sociais gerados pelas leis raciais na África do Sul (1911-1991), pode oferecer contribuições para prática docente ao lidar com a diversidade étnico-cultural na sala de aula? Foi selecionado o filme: “Sarafina, o som da liberdade”, como fonte de pesquisa, para elaborar uma metodologia de análise fílmica, com base nos Estudos Culturais (Kellner e Foucault), a fim de aprofundar nossos estudos sobre a predominância do preconceito racial em nossa sociedade e nas instituições escolares. Ao investigar os aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos da África Sul no período do apartheid e pós-apartheid, verificamos com o fim do apartheid legalizado houve um aumento significativo de estudantes negros na universidade, graças a uma política que educação igual para brancos e negros. No entanto, ainda predomina o apartheid sócio-racial, ou seja, os sobreviventes do apartheid continuam a receber pouco pelo trabalho e convivem com o dilema do desemprego e da miséria. Concluimos que a utilização do filme na escola, nesta perspectiva, pode ampliar a nossa compreensão da lógica da dominação pela segregação racial e contribuir para mobilizar ações de valorização e de reconhecimento da história e cultura africana e afro-descendente na formação de professores no ensino básico.

Palavras chave: formação de professores, mídia na educação, estudos culturais, preconceito racial.

Introdução

O preconceito étnico-racial é um fenômeno mundial que gera conflitos e segregações sociais. Neste trabalho, não pretendemos abordar todos os tipos de preconceitos que preocupam educadores e outros segmentos sociais, mas destacamos a nossa indignação em relação a qualquer manifestação de ostentação ou discriminação. Não

é mais aceitável em nosso meio, que uma pessoa seja estigmatizada e colocada à margem da sociedade por causa da cor de pele ou por sua opção sexual ou por sua opção religiosa.

Ao manifestar-se contra o preconceito, Rocha (200) diz que lutar contra o preconceito étnico-racial é uma preocupação constante em muitos setores da sociedade. Por isso, várias instituições sociais como a escola, a igreja e a família foram chamadas para participar dessa luta.

Santomé (1995) afirma que a escola como uma instituição social não poderia ficar de fora desse debate, por ser ela a responsável pelo processo de socialização infantil no qual se estabelecem relações com crianças de diferentes núcleos familiares. Esse contato com a diversidade no espaço escolar faz dela o primeiro espaço privilegiado para a convivência com os vários grupos sociais, porém se o professor não conseguir promover o respeito entre os vários grupos sociais é provável que haja tensões e conflitos étnico-culturais.

No relacionamento entre as crianças brancas e negras na sala de aula, aparecem as expressões verbais eivadas de ideologias e preconceitos oriundos dos próprios familiares que podem induzir a criança negra a um comportamento introvertido. O medo da rejeição pelo seu grupo social desencadeia conflitos que se manifestam nos comportamentos dos alunos de modo tenso e que, se não houver uma mediação com base no princípio do respeito mútuo, permitirá a instalação de um processo de segregação e exclusão. Dessa forma, o discurso do opressor pode ser incorporado na subjetividade das crianças de modo maciço, com a desvalorização dos atributos individuais que interferem na construção da identidade desde a infância.

Para contribuir com a formação de professores que atenda as várias dimensões da vida social, propomos refletir sobre a seguinte questão: de que maneira o cinema, ao mostrar os conflitos sociais gerados pelas leis raciais na África do Sul (1911-1991), pode oferecer contribuições para prática docente ao lidar com a diversidade étnico-cultural na sala de aula?

Para desenvolver essa questão, selecionamos como fonte de pesquisa, o filme: *Sarafina - o som da liberdade* produzido em 1993 nos Estados Unidos, dirigido por Darrel Roodt, com duração de 116 min. A escolha deste filme se justifica porque, ao retratar aspectos da história do povo sul-africano no período da apartheid, traz imagens e mensagens significativas que sustentam o discurso dos dominantes. Apartheid significa

separação na língua africâner, uma língua criada no século XVII pelos holandeses que colonizaram a África do Sul. A análise desse filme nos remete a um entendimento da lógica da dominação pela segregação racial e do modo como o sistema de opressão racial conduziu milhares de pessoas a viverem a margem da sociedade, porque foram impedidos pela força da lei, de usufruírem os benefícios materiais produzidos historicamente.

Sarafina: o som da liberdade

O filme *Sarafina: o som da liberdade*, assim como a maioria dos filmes hollywoodianos, foi produzido em um universo cultural repleto de ideologias formadoras de opinião. O cinema é um universo midiático propagador de idéias políticas, econômicas e sociais, um veículo eficaz no processo de massificação e consolidação de ideologias que se sustentam em uma lógica da aparência. Turner (1997) argumenta que as idéias e as representações sociais veiculadas no cinema tende a esconder dos homens a maneira como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. É justamente esse ocultamento da realidade social que podemos chamar de Ideologia. O poder político e econômico de um grupo social legitima as condições sociais de exploração e de dominação, de tal forma que parecem verdadeiras e justas.

Ao utilizar o filme como fonte de estudo ou como ferramenta pedagógica que visa a construir uma sociedade multirracial com base na diversidade cultural, é preciso trabalhar em uma perspectiva crítica. Kellner (2001) afirma que o registro das ações humanas, representadas na tela, precisa ser decodificado e interpretado, muitas vezes, desconstruídos, porque o filme traz um discurso, uma representação do real que geralmente estão eivados de ideologias.

Entre outros fatores o filme *Sarafina: o som da liberdade* ao focar em seu enredo o contexto do sistema apartheid na África do Sul (1911-1991) nos traz imagens e mensagens significativas que sustentam o discurso dos dominantes e nos leva a perceber as conseqüências sociais de um regime de governo que têm como padrão a hierarquização cultural. Com base nos Estudos Culturais, propomos analisar as imagens da África na linguagem cinematográfica (FELIPE; TERUYA, 2007).

Quem é Sarafina? E quais são os seus sonhos? Sarafina é uma adolescente negra que mora em Soweto, um bairro de Johannesburgo, capital da África do Sul, um dos inúmeros guetos reservados à população negra no período em que vigorou o regime do apartheid. Esta adolescente vive uma série de experiências individuais e coletivas nos mais diferentes contextos de seu meio social e escolar; apesar de a escola ocupar um espaço importante na trama, o ambiente de convivência e aprendizagem de Sarafina não se restringe ao espaço escolar. Em seu cotidiano, ela expressa sua admiração pelo líder político Nelson Mandela, que se encontra preso naquele momento retratado no filme.

Sarafina sonha com uma África do Sul livre de todas as leis que a segregação; leis que diziam a população negra que apesar de mais de 77% população vivente naquele país, só podiam ter 13% das terras; leis que diziam que a população tinha que viver em bantos (favelas), leis que diziam que população negra deveria somente estudar para ocupar “sua posição na vida”, que era de obediência e submissão. Essas leis, afirma Pereira (1994), garantia constitucionalmente a opressão da população branca sul africana sobre a população negra. Sarafina queria um país onde os homens e mulheres de todas as etnias respeitem as diferenças culturais para que possam conviver juntos, em uma sociedade justa e democrática. Ela defendia o respeito entre os diversos grupos sociais independe de sua cor, religião e sexo.

Uma das fontes inspiração de Sarafina é Nelson Mandela, líder político que ficou preso por quase 25 anos por lutar contra segregação racial existente na África do Sul. Mas Mandela não é a única fonte de inspiração para Sarafina. Em sua luta contra o apartheid, ela também vê em sua professora Mary Massambuko (Whoopi Goldberg) um exemplo a ser seguido. Massambuko é uma mulher indignada com a submissão de seus colegas professores que não se opõe ao ensino controlado pelo sistema apartheid, baseado na história dos grupos de brancos que estão no poder. Em suas aulas de história, ela revela a realidade social de seus alunos. É uma professora de coragem ao permitir que a sua turma de jovens, ansiosos por conhecer a si mesmo e ao seu país, visualize uma história muito diferente da história sobre o povo sul africano do currículo oficial, a fim de desnaturalizar aquele conteúdo escolar obrigatório, que tem os brancos como protagonistas e negros como meros figurantes.

Os alunos, com a orientação da professora Massambuko, usam a música como instrumento de luta para reivindicar uma educação que valorize os diversos grupos sociais e protestar contra o racismo e o segregacionismo racial. Eles tentam organizar um show para homenagear Mandela, um espetáculo que representa a valorização da história sul-africana, tendo negros e brancos como atores dessa história. Mas este projeto é interrompido bruscamente, porque o sistema vigente usa a repressão policial para impedir a manifestação da professora Mary Massambuko e de seus alunos.

O filme contém cenas de violência praticada pelo grupo dominante que utiliza o aparato policial para manter o sistema apartheid e por meio de um discurso hierarquizador legitima a ideologia da submissão, para reproduzir a ordem existente e tornar dócil o corpo do negro sul africano. Foucault (2003). Neste período, é visível a desvalorização da cultura africana e a imposição da superioridade branca pela força da lei para subjugar a maioria negra.

Neste contexto, as atividades de Sarafina e de outros jovens, tanto no ambiente escolar e quanto nas relações pessoais, vão se modificando com a consciência da realidade que se desencadeia a partir da indignação manifestada pela professora diante do ensino privilegiado pelo sistema apartheid. Sarafina se rebela, junto com os amigos. Em seguida, sofre as consequências da violenta represália policial.

Na prisão, Sarafina, além de sofrer sessões de torturas, também presencia a torturas de inúmeros jovens, que assim como ela sonhava com uma África do Sul igual para brancos e negros. Sarafina começa entender como o poder usado pelo grupo dominante impõe a idéia de que os negros sul-africanos são os transgressores quando não aceitam as regras impostas. Ela percebe que é necessário lutar, de forma consciente, pela construção de uma África do Sul livre, onde todos tenham liberdade de expressão, sem medo de ser punido. Por isso, ao sair da cadeia, Sarafina vê a necessidade de dar continuidade ao show que sua professora havia programado. Um show em homenagem a Nelson Mandela, naquele momento, representava a resistência contra um sistema violento e repressor, que dependia do aparato policial de repressão para a sobrevivência da estrutura social vigente. Na prisão, Mandela, com sua história de vida, conseguiu conquistar a simpatia de multidões, dentro e fora de seu país, por resistir ao sistema sem impor ao outro a violência. Ao realizar o show

Sarafina deixa bem claro que sua identidade sócio-cultural não se perdeu e que ela ainda acredita em seu povo e em sua luta.

O processo do fim da apartheid racial legalizado

Será que os sonhos de Sarafina de ver uma África do Sul onde brancos e negros sejam tratados como iguais se realizou? Quando começaram as negociações formais para acabar com a apartheid no início da década de 1990, deu início a um importante debate sobre como o futuro Estado sul-africano enfrentaria seu passado de violência. De acordo com Nvali (1999), membro da Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul e um dos participantes que redigiu o relatório da Verdade Reconciliadora, a alternativa de punir todos os criminosos políticos nunca foi uma opção verdadeira. Logo após o fim do sistema apartheid, o Congresso Nacional Africano (CNA) procurava reformar um Estado controlado por uma minoria branca e chegar a uma democracia multirracial.

Para Nvali (1999), a ameaça de processos criminais contra os grupos dominantes causadores da apartheid poderia desencadear a eclosão de uma guerra civil sangrenta. Por outro lado, a alternativa de uma anistia indiscriminada – uma espécie de amnésia nacional sobre seu passado – era também inaceitável. Ignorar a opressão violenta contra a maioria da população da África do Sul e permitir que os culpados pelas violações atrozes de direitos humanos permanecessem em liberdade não contribuiria para a estabilidade e a reconciliação almejadas pelo novo governo, pois solaparia o Estado de Direito. Por isso, foi negociada uma solução de compromisso e foi criada a Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) pela Lei de Promoção da Unidade e Reconciliação Nacional de 1995, com a tarefa de investigar e registrar os casos mais graves de violação de direitos humanos ocorridos entre 1960 e a primeira eleição democrática em 1994. Para esse fim, a Comissão foi composta de três comitês: o Comitê de Violações de Direitos Humanos, o Comitê de Anistia e o Comitê de Reparações e Reabilitação.

Sarafina: do apartheid racial ao apartheid socio-racial

Na história da África do Sul, retratados também no filme e sofridos por Sarafina, os assassinatos e as torturas obrigavam os negros sul-africanos a experimentarem a violência institucional e a negação de direitos que representava o apartheid. Condenados a uma vida

limitada, suas ambições foram castradas pelas leis impostas por uma sucessão de governos da minoria branca. Essas leis tornavam as relações inter-raciais uma ofensa criminal e o sistema educacional banto era destinado ao negro com o objetivo de educá-lo para ocupar sua "posição na vida". Cada lei assegurava a manutenção dos privilégios concedidos de acordo com a cor da pele.

Magnoli (1998) afirma que ainda persiste a estratificação racial da sociedade sul africana. A transição política pouco fez para enfrentar a distância econômica, que passa em grande parte ao longo de linhas raciais. O nome da Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) revela qual seria sua função: revelar a verdade e reconciliar a nação. Porém, ao restringir as audiências públicas somente aos excessos do sistema, a Comissão permitiu que aqueles que tinham se beneficiado economicamente no passado (e que continuam a se beneficiar no presente) negassem sua própria responsabilidade e, ainda mais importante, negassem o legado econômico que a apartheid deixou para a nova nação.

A Comissão da Verdade e Reconciliação exigia que o Estado compensasse a suspensão do direito à justiça pela garantia do direito à reparação. Com esse objetivo, a CVR constituiu o terceiro comitê, o Comitê de Reparações e Reabilitação, com a finalidade de avaliar a documentação coletada pela Comissão e preparar uma lista detalhada de recomendações para o governo. As recomendações abrangiam um leque de ações como: pagamentos monetários individuais, reparações comunitárias, indenizações simbólicas e as recomendações de mudanças institucionais para garantir que nunca mais voltassem a ocorrer as atrocidades do passado.

De acordo com Nvali (1999), essas recomendações foram esboçadas nos volumes publicados em 1998. Entre elas, havia a recomendação para o governo pagar o valor aproximado de US\$ 3 mil por ano, durante o período de seis anos, as 22 mil vítimas de graves violações de direitos humanos identificadas pela CVR. Essa quantia foi considerada surpreendentemente pequena, pois sua função era servir de recompensa pelo sofrimento, além de ser um valor monetário que ajudasse as vítimas a recuperar alguma qualidade de vida.. A conclusão dos trabalhos da CVR, em abril de 1999, o governo sul africano anunciou uma resposta às recomendações da Comissão. O que já era um conjunto inadequado de recomendações foi diluído até chegar um ponto em que havia se tornado mais um insulto do que uma política com objetivos de recuperação. As 22 mil vítimas

individuais identificadas pela CVR receberiam do governo pouco menos de US\$ 400, numa parcela única. A idéia de impostos sobre fortunas foi rejeitada com o argumento de que contribuiria mais para obstruir a reconciliação do que para favorecê-la. Além disso, não havia menção à "dívida odiosa", nem as empresas tinham obrigação de pagar reparações. Aqueles que quisessem contribuir voluntariamente para um fundo de reparações receberiam ajuda para esse procedimento.

Cintra (2001) relata que a natureza voluntária das reparações foi um golpe, especialmente para as vítimas. A experiência da década passada demonstrou que a negação dos antigos beneficiários em reconhecer as vantagens que tiraram da apartheid, eles também não reconhecia a obrigação de contribuir para as reparações materiais. A falta de vontade em discutir as reparações entre os antigos beneficiários do regime – tanto de indivíduos como de empresas nacionais e internacionais – tem sido facilitada pelas atitudes do novo governo do CNA em relação a esse tema.

Cintra (2001) diz uma vez mais, isso calou as vozes dos sobreviventes. Para muita gente, a "nova" África do Sul tem pouca diferença da velha – a terra e a riqueza permanecem nas mãos dos 20% mais ricos do país. A desigualdade entre ricos e pobres é ainda a maior do mundo e, apesar dos programas sociais atualmente desenvolvidos na África do Sul, muitas pessoas ainda não têm acesso às necessidades básicas de água, de eletricidade e de habitação. Foi nesse cenário de desigualdades tão extremas e de falta de justiça que a CVR teve de negociar um caminho para a reconciliação nacional. A Comissão foi um instrumento importante na construção da nação e facilitou a transição de uma ditadura racial para uma democracia progressista. Entretanto, a Comissão não era – nem era esse seu objetivo – o único instrumento para uma reconciliação completa. Nunca foi revelada a história da exploração sistemática sobre a qual o regime anterior foi construído, nem as conseqüências paralisantes que suas políticas tiveram para a maioria dos cidadãos e cidadãs. Atualmente, alguns defendem a criação de novas CVRs, especialmente uma para o setor de educação.

Magnoli (1998); Nvali (1999) e Cintra (2001) dizem que a falta de vontade para implementar uma política de redistribuição de rendas e a ausência de propostas de reparações completas para incluir todos os setores da sociedade, indicam que a CVR foi, em grande medida, favorável àqueles que praticaram crimes fundados no preconceito

racial. Esses mesmos grupos dominantes permanecem em suas espaçosas residências, enquanto os sobreviventes do apartheid continuam a receber pouco, vivem com a angústia do desemprego e o sofrimento da miséria.

Cintra (2001) alerta para o fato de que se fala da África do Sul com muita frequência como um país do "milagre", porque foi capaz de realizar a transição de um país onde reinava o ódio racial aos olhos da comunidade internacional para uma democracia multirracial, divulgada como um sucesso. No entanto, esse milagre não se sustenta sem um mínimo de justiça e se toda a responsabilidade da reconciliação nacional for somente da CVR. Aqueles e aquelas que sofreram sob o regime da apartheid e agora são obrigados a fazer novos sacrifícios para assegurar a paz e a estabilidade, questionam o que conseguiram com esses sacrifícios. Em última análise, para merecer o rótulo de "milagre", uma nação deveria beneficiar todos os seus habitantes.

Ainda em suas reflexões, Cintra (2001) afirma que cidadania instruída, uma força de trabalho saudável e vibrante e uma sociedade igualitária criariam na África do Sul uma sociedade politicamente estável e socialmente saudável, que, então, mereceria verdadeiramente o tão utilizado rótulo de "milagre". No entanto, hoje a população negra sul africana que foi estigmatizada no período da apartheid racial é estigmatizada pelo apartheid sócio-racial, porque o racismo ainda permanece na África do Sul, apesar de a maioria da população ser negra, e por causa do racismo praticado no período de segregação racial, hoje sofre com a falta de condições para lutar por uma vida com o mínimo de conforto material.

A educação na luta contra apartheid sócio-racial na África do Sul

Mabokela (2006) afirma que apesar da resistência dos grupos dominantes sul africano em reconhecer a sua parcela de culpa pela marginalização da maioria da população negra, algumas medidas estão sendo tomadas para lutar contra os vestígios da discriminação racial que ainda insiste em permanecer na África do Sul.

Como resultado direto das políticas da apartheid, milhares de pessoas, em sua maioria negra, foram historicamente sub-representados e continuam sub-representadas na África do Sul. Um exemplo dessas sub-representações, de acordo Mabokela (2006), pode ser visualizadas no corpo docente e no administrativo das universidades sul-africanas, em

1999, os brancos somavam 72% da administração superior das universidades, enquanto 21% eram negros; 7% outros. Dos docentes universitários, 87% eram brancos, 17% eram negros, 6% outros.

Esses dados mostram que há mais de uma década após o fim da apartheid racial na África do Sul, ainda existem muitas disparidades, mas, segundo Alexander (2006), a maioria da população negra sul-africana pode recuperar o atraso histórico em relação à educação herdado da época da apartheid. Alexander apresenta algumas pesquisas reveladas pelo Instituto de Relações Raciais (SAIRR, independente), com os dados que indicam aumento significativo de 173% do número de diplomados negros entre 1991 e 1998. No início da década de 90, os negros (77% da população) representavam apenas um quarto de todos os diplomados no ensino superior. Essa proporção aumentou para os 50% desde 1998.

Mabokela (2006) afirma que depois do fim da apartheid, os estudantes dos diferentes grupos raciais começaram a entrar nas universidades consideradas historicamente "brancas", associadas a uma imagem de excelência. Essa entrada dos estudantes foi garantida por políticas de ação afirmativa que já permite visualizar um número maior de negros nas universidades. Mas, como o próprio Mabokela nos alerta, é necessário fazer uma ressalva; a repartição dos estudantes pós-apartheid por disciplinas mostra que ainda persistem desequilíbrios, como é o caso dos cursos de vocação profissional com quatro ou mais anos de frequência, como engenharia, arquitetura, medicina, pesquisa social ou urbanismo, onde poucos estudantes negros se inscrevem.

Por cada diplomado negro na área do comércio ou da matemática, há dois diplomados brancos. Nas ciências informáticas, essa proporção passa de um para três, e de um para oito no domínio das ciências e tecnologias industriais. Por contraste, há dez vezes mais negros nos cursos generalistas como línguas, literatura e formações destinadas à administração e aos serviços sociais.

Mabokela (2006) e Alexander (2006) afirmam que o governo tem tentado diminuir estes desequilíbrios por meio da fusão e de parcerias entre estabelecimentos de ensino superior ou melhorando os resultados escolares em matemática e ciências, mas estas insuficiências estruturais tende a subsistir por mais algum tempo. No entanto, podemos

visualizar melhoras em relação aos anos de período da apartheid, um dos fatores se deve a uma educação igual para brancos e negros.

O Ministério da Educação sul-africano, de acordo com Mabokela (2006), publicou recentemente os resultados dos exames finais do ensino secundário e, pela primeira vez, houve uma percentagem de resultados positivos superiores a 60%, um aumento de 3,85 % em relação a 2000, encarado como um sinal de recuperação das diferenças e desigualdades herdadas do apartheid. A partir de 1995, logo após a introdução da educação multirracial no país, as taxas de aproveitamento dos exames do secundário não ultrapassavam os 40%.

O ministro da educação, Kader Asmal, atribuiu este resultado aos investimentos em equipamento e na melhoria das condições de trabalho de alunos e de professores que pôs fim a um sistema de duas velocidades entre brancos e negros..

Considerações

Para concluir, entendemos que uma educação escolar na África do Sul pautada a diversidade étnico-racial pode amenizar as contradições sociais e os conflitos étnico-raciais estabelecidas por um regime que durou cerca de 90 anos e marginalizou os negros naquele país. Em uma perspectiva de experiências nacionais comparadas, visualizamos no Brasil a formação de professores para lidar com a diversidade e respeitar as diferenças que se encontram no interior da sala de aula, a fim de contribuir mobilizar ações de valorização e de reconhecimento da história e cultura africana e afro-descendente na identidade da nação brasileira.

Destacamos o sistema Apartheid e suas leis no decorrer da história da África do Sul como exemplos de violência, preconceito e hierarquização cultural praticada pelo homem branco europeu contra o homem sul-africano. A discussão de temas como o apartheid na sala de aula e na formação de professores possibilitará criar um ambiente favorável ao reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial, a fim de desconstruir os discursos que justificam a dominação de um povo sobre o outro. Esse tipo de ação promoverá um conhecimento de si e do outro em prol da reconstrução das relações raciais desgastadas pela hierarquização étnico-racial que se perpetuou na história da humanidade e evidenciamos que a escola como uma instituição social poderá contribuir com tais ações

Referências

ALEXANDER, Nivelte. Aspectos críticos da implementação da ação afirmativa na África do Sul: pós apartheid. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (orgs). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília – DF: UNB, 2006.

CINTRA, Antonio Octavio. *As comissões de verdade e reconciliação: o caso da África do Sul*, 2001. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/estnottec/tema3/pdf/013080>. acesso em 4/08/2006

FELIPE, D. A.; TERUYA, T. K. *Imagens da África do Sul: contribuições da análise fílmica no ensino de História*. Relatório Final do Projeto de Iniciação Científica. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.

MABOKELA, Ritumetse Obakeng. Em busca da igualdade e equidade: mudanças na educação superior sul-africana. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (orgs). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília – DF: UNB, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. *África do Sul: o racismo como instituição conflitos internos e pressões externas o futuro da África do Sul*. São Paulo: Contexto, 1998.

NVALI, Nahla. *Verdade e Reconciliação na África do Sul*. Trad. Jones de Freitas, 1999. Disponível em <http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=902> acesso 22/07/2006

PEREIRA, Francisco Jose. *Apartheid: o horror branco na África do Sul*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994..

ROCHA, Ubiratan. *História, currículo e cotidiano escolar*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOMÉ. Culturas silenciadas. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995

TURNER, Graeme. *Cinema como Prática Social*. São Paulo: Summus, 1997.

Filmografia:

Sarafina: o som da liberdade. Diretor Darell Roodt. Distribuído por Warner Bros e Time Warner Entertainment Company, E.U.A, 1993.